

CARTA DE ÉTICA PARA FORNECEDORES

Esta Carta de Ética para Fornecedores (designada « Carta ») define os padrões a serem estabelecidos, em qualquer circunstância, pelos fornecedores da cadeia de suprimentos e/ou prestadores de serviços e bens de uso e consumo, referindo-se aqueles que possuem relações comerciais diretas, cuja contratação deve ser formalizada por meio de Contrato (designados « fornecedor(es) ») da Companhia Brasileira de Distribuição (a seguir “GPA”), a fim de assegurar que:

- Funcionários sejam tratados com respeito e dignidade em um ambiente que proporcione condições de trabalho seguras e saudáveis, respeitando todas as leis e normas vigentes;
- Sejam estabelecidos os mecanismos apropriados para a gestão preventiva de riscos relacionados ao seu respectivo segmento de atuação;
- Haja disseminação da cultura de segurança e saúde do trabalho, estabelecendo processos educativos para a promoção do tema;
- Os processos de produção ou de prestação de serviços sejam realizados da maneira que respeite o meio ambiente;
- As relações comerciais estabelecidas pelo fornecedor desenvolvam-se de forma ética e exemplar, dentro da mais estrita observância da lei, regulamentos, [Código de Ética do GPA](#) e normas do GPA, bem como sejam isentas de qualquer tipo de favorecimento indevido, corrupção ativa ou passiva de Agentes Públicos, extorsão ou fraudes.

1. NORMAS GERAIS

Todo fornecedor do GPA compromete-se a fornecer apenas produtos ou serviços em conformidade com esta Carta, com as políticas e normas internas do GPA, assim como com as leis e regulamentos aplicados ao exercício de sua atividade, especialmente, mas não se limitando às regras mencionadas nesse documento.

O Fornecedor contratado compromete-se a transmitir e fazer aplicar esta Carta (assim como eventuais anexos ou especificidades que poderão ser incluídos) aos seus parceiros e/ou fornecedores subcontratados.

Esta Carta situa-se como o ponto de partida de um processo de melhoria contínua, em que o Fornecedor se compromete a seguir e a trabalhar para aprimorar continuamente as suas práticas.

2. COMPROMISSOS GPA

O GPA reafirma seu compromisso em promover o comércio responsável em toda a sua cadeia de suprimentos por meio do [Código de Ética do GPA](#), Política de Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos, Política de Gestão Ambiental, Política de Direitos Humanos na Cadeia de Valor e da assinatura do Pacto Global das Nações Unidas, desde 2003 (para mais informações, consultar <https://www.gpabr.com/politicas-do-grupo-pao-de-acucar/>)

2.1 Seja no âmbito de suas práticas comerciais ou em qualquer outra atividade, o GPA compromete-se a:

- Respeitar rigorosamente as leis e regulamentos aplicáveis a suas atividades;
- Eximir-se de conflitos de interesses; e
- Não tolerar qualquer forma de corrupção.

2.2 O GPA compromete-se a estabelecer relações leais com os Fornecedores, independentemente da importância econômica deles. O GPA procura, no respeito das regras de livre concorrência e livre comércio, manter uma relação comercial de longo prazo com o Fornecedor, considerando sua capacidade e qualidade na oferta de produtos e serviços respondendo às necessidades do GPA.

2.3 O GPA esforça-se para manter um diálogo construtivo e aberto com seu Fornecedor sobre sua capacidade de aderência a essa Carta e pode, se necessário, acompanhá-lo sempre que possível para ajudá-lo a atender a essas expectativas.

2.4 O GPA compromete-se por suas práticas de compras a facilitar a aplicação da Carta pelos seus parceiros comerciais.

2.5 O GPA é comprometido com o respeito e a proteção ao meio-ambiente e se compromete, ano após ano, realizar ações para prevenir e minimizar os impactos sociais e ambientais de suas atividades. As suas ações visam, mas não se limitam, a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), a redução da geração de

resíduos e do desperdício de alimentos, a apoiar o uso sustentável dos recursos naturais e o respeito à biodiversidade. Para cumprir essas ações, o GPA sensibiliza clientes, mobiliza colaboradores(as) e acompanha seus Fornecedores nesses desafios.

2.6 Como forma de apoiar os Fornecedores, o GPA publicou a [Cartilha de Boas Práticas Socioambientais para Fornecedores\(as\) e Parceiros\(as\)](#), onde constam orientações, materiais de apoio e recomendações para a construção da agenda de sustentabilidade com base nas diretrizes e compromissos do GPA, em linha com esta Carta e as todas as demais Políticas da Companhia.

3. REQUISITOS NECESSÁRIOS

3.1 Normas Gerais

3.1.1 O Fornecedor deve cumprir as leis, princípios, regulamentações e normas em vigor aplicáveis a suas operações, em todos os países onde exerce suas atividades, além de se certificar que seus próprios colaboradores, fornecedores e prestadores as estão cumprindo. O Fornecedor assegura o respeito desse compromisso pelos seus fornecedores e subcontratados.

3.1.2 É vedado ao Fornecedor propor aos colaboradores do GPA, bem como a qualquer agente público, qualquer soma em dinheiro, presentes, empréstimos, descontos e outras formas de vantagens indevidas. As diretrizes deste processo estão na Política de Brindes, Presentes, Viagens e Entretenimento do GPA; Política Anticorrupção e Política de Conflito de Interesse. Além disso, o Fornecedor deve respeitar às legislações, regulamentações e regras aplicáveis (para mais informações, consultar <https://www.gpabr.com/sustentabilidade/compromisso-com-a-etica-e-transparencia/>)

Qualquer envolvimento ou tentativa de corrupção ou fraude por parte de um Fornecedor será, se comprovada, considerada motivo de eliminação do Fornecedor seja na seleção de processos concorrenciais dos quais esteja participando e/ou ruptura motivada e imediata de contrato vigente.

- 3.1.3** O Fornecedor não pode estar envolvido nem apoiar qualquer forma de corrupção, fraude ou suborno, seja pela oferta ou exigência, seja por recebimento de objetos de valor e/ou presentes, envolvendo agentes públicos ou privados, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente. O Fornecedor, incluindo seus funcionários e terceirizados, deve entender e cumprir integralmente as leis e regulamentos de combate à corrupção, lavagem de dinheiro, fraude e financiamento ao terrorismo, bem como as normas, políticas e procedimentos internos do GPA. O Fornecedor deve, também, adotar mecanismos e as melhores práticas de integridade e Controles Internos, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas, financiamento do terrorismo ou lavagem de dinheiro pelos seus fornecedores e subcontratados.
- 3.1.4** O Fornecedor que detém parceria com fornecedores e subcontratados no Brasil deve fazer uso dos Cadastros de Empresas proibidas de realizarem negócios com o Governo Federal, tais como CEIS (Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas) e CEPIM (Cadastro de Entidades sem Fins Lucrativos Impedidas), Lista Suja do Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego, e da lista de Embargos do IBAMA como instrumento de homologação de seus parceiros comerciais.
- 3.1.5** O Fornecedor deve estabelecer um sistema de gestão interna eficaz a fim de que:
- Toda relação de trabalho seja reconhecida, documentada e realizada de acordo com a legislação vigente, uso ou práticas nacionais e as normas internacionais do trabalho, desde o recrutamento até o prazo de vigência do contrato; para os empregados com legislação especial: jovens profissionais, imigrantes, migrantes nacionais, trabalhadores autônomos, trabalhadores por produção, estagiários ou jovens aprendizes, temporários, safristas, etc.;
 - Toda atividade comercial ou de gestão da empresa seja executada de maneira transparente e devidamente incorporada aos registros da empresa;

- Dissemine as normas enunciadas nesta Carta para que sejam aplicadas igualmente no âmbito da organização e dos seus fornecedores e subcontratados.

3.1.6 O Fornecedor compromete-se a ter total transparência perante o GPA. Qualquer tentativa de dissimulação, falsa declaração, falsificação de documentos ou de fatos pode levar o GPA a suspender temporariamente ou definitivamente suas relações comerciais com o Fornecedor, sem prejuízo das medidas necessárias para reparação de eventuais perdas e danos que venham a ser gerados ao GPA, especialmente no que diz respeito a:

- Documentos e/ou informações sobre a origem das matérias-primas, processos produtivos e lugar de produção e seus respectivos atributos sociais, ambientais ou éticos para oferta de um produto e/ou serviço e considerando fornecedores de matérias-primas, fábricas subcontratadas e entrepostos;
- Documentos, práticas e procedimentos internos que se inserem no âmbito das auditorias sociais, quando aplicáveis, exigidas pelo GPA;
- Documentos exigidos no contexto da Política de Qualidade do Grupo, conforme definidos e aceitos pelo Fornecedor no momento de seu cadastramento ou as especificações dos produtos aceitas durante a negociação comercial, quando aplicáveis.

3.1.7 O Fornecedor compromete-se a não subcontratar total ou parcialmente mão-de-obra em desacordo com a lei vigente, e não declarada previamente ao GPA e não autorizada, para a fabricação de produtos marca própria para o GPA ou prestação de serviços ao GPA. Quando a terceirização é autorizada, cabe ao Fornecedor verificar a aplicação estrita dessa Carta por meio de auditores externos ou colaboradores competentes, se responsabilizando pelos produtos fornecidos ao GPA. Qualquer subcontratação camuflada pode justificar a interrupção imediata das relações comerciais, sem prejuízo das medidas

necessárias para reparação de eventuais perdas e danos que venham a ser causados ao GPA.

- 3.1.8** Qualquer informação resultante de comunicações ou referente à relação comercial entre o Fornecedor e o GPA deve ser considerada confidencial. Enquanto tal, ela não pode, em nenhuma circunstância, ser comunicada a terceiros sem anuência por escrito do GPA.
- 3.1.9** O Fornecedor declara ter conhecimento e cumprir as leis de defesa da concorrência, nos países onde atua, e que não pratica qualquer violação à ordem econômica, como a participação em cartéis ou qualquer outra prática desleal que tenha como consequência impossibilitar ou falsear a livre concorrência de mercado, sobretudo aquelas visando a prejudicar um concorrente ou restringir seu acesso ao mercado por meios ilegais.

3.2 DIREITOS HUMANOS, SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

3.2.1 INTERDIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O Fornecedor, conforme Política de Direitos Humanos na Cadeia de Valor do GPA, compromete-se a respeitar a idade mínima de admissão fixada pela legislação local a qualquer tipo de emprego ou trabalho.

O Fornecedor não pode empregar nenhum jovem profissional menor de 18 anos para trabalhos noturnos ou em condições suscetíveis de comprometer sua saúde, segurança e integridade moral e/ou ser prejudicial a seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social de acordo com a Convenção nº 182 da OIT, além disto, o Fornecedor deve respeitar a [Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU](#)

3.2.2 INTERDIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO, OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

É proibido, conforme Política de Direitos Humanos na Cadeia de Valor do GPA, recorrer ao trabalho escravo ou análogo ao escravo, obrigatório ou não remunerado em todas as suas formas, incluindo o trabalho penitenciário (conforme previsto pela Convenção nº 29 da OIT). O Fornecedor deve se comprometer a monitorar sua cadeia de valor e não estabelecer/continuar relação comercial com as pessoas (física e/ou jurídica) que constem na Lista Suja de Trabalho Escravo, atualizada periodicamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O GPA proíbe o confisco dos documentos pessoais, depósitos de fianças ou pagamentos de taxas de contratação pelos colaboradores como condição necessária de contratação.

O Fornecedor deve respeitar o direito dos colaboradores de rescindir seus contratos mediante o cumprimento de um aviso prévio legal ou razoável e a deixar o local de trabalho terminado o serviço.

3.2.3 LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E MAUS TRATOS

O Fornecedor se compromete a não praticar, incentivar ou sequer aceitar, em matéria de recrutamento, contratação, formação, condições de trabalho, atribuições, remunerações, vantagens, promoções, disciplina, rescisão ou aposentadoria, nenhuma prática truculenta, com emprego de violência desproporcional, tortura, que submetam as pessoas a situações vexatórias, de constrangimento ou de humilhação, e qualquer forma de discriminação, em razão de sexo, idade, gênero, orientação sexual, religião, situação familiar, etnia, contexto social, doença, deficiência, gravidez, origem nacional e étnica, nacionalidade, status de migrante, identidade e/ou expressão de gênero ou qualquer outro marcador identitário, adesão a uma organização de empregados (incluindo sindicato), convicção e/ou filiação política, ideológica, aparência física ou qualquer outra característica pessoal, conforme Política de Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos do GPA.

O Fornecedor não pratica ou sequer aceita qualquer espécie de assédio ou abuso, seja moral, físico ou sexual. Deve repudiar e combater qualquer tipo de exploração sexual, principalmente, de crianças e adolescentes seja em suas

operações próprias e/ou terceiras. Além disso, compromete-se a analisar frequentemente o seu quadro de colaboradores, buscando aumentar o número de pessoas de grupos subrepresentados como: mulheres, negros(as), pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, entre outros.

O Fornecedor cria procedimentos disciplinares escritos que são claramente explicados aos colaboradores. O Fornecedor não aplica nenhuma retenção sobre o salário dos empregados a título de sanção disciplinar.

3.2.4 LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Os colaboradores terão direito de aderir ao sindicato de sua categoria profissional sem necessidade de autorização prévia de sua diretoria. O Fornecedor não poderá prejudicar, impedir ou interferir nessas atividades legítimas.

Quando a lei restringir ou proibir a liberdade de associação e negociação coletiva, o Fornecedor não poderá opor-se a qualquer outra forma de representação e negociação livre e independente, de acordo com as convenções da OIT.

3.2.5 DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

O Fornecedor fixa uma jornada de trabalho de acordo com a legislação local e as convenções da OIT, aplicando sempre aquela que oferecer a melhor proteção em matéria de saúde, segurança e bem-estar dos funcionários. O Fornecedor respeita a duração da jornada de trabalho semanal máxima de 48 horas, excluindo horas extras.

As horas extras são realizadas de forma voluntária, não podendo ser frequentes nem ultrapassar o limite fixado em lei local (se não houver limite fixado em lei, as mesmas não poderão exceder doze horas semanais).

O Fornecedor respeita o direito de todos os funcionários de ter, pelo menos, um dia de descanso semanal, assim como férias anuais pagas de 30 (trinta) dias, feriados locais e nacionais previstos pela legislação local.

3.2.6 SALÁRIOS E BENEFÍCIOS

O Fornecedor paga a seus colaboradores – incluindo os trabalhadores por produção – salários, horas extras, benefícios e férias pagas equivalentes ou superiores ao mínimo legal e/ou às normas do setor e/ou àquelas previstas em convenções coletivas.

Ciente da importância fundamental da remuneração para seus colaboradores e pessoas sob sua responsabilidade, o GPA espera que o Fornecedor considere o salário mínimo legal não como um fim em si mesmo, mas como um limite não a se atingir, e sim a se ultrapassar; tendo como objetivo final que essa remuneração vá além da cobertura das necessidades básicas do funcionário.

A subcontratação de mão-de-obra, de trabalhos e serviços ou os acordos referentes ao trabalho autônomo, programas de aprendizagem quando não existe real intenção de transmitir competências ou oferecer um trabalho fixo; o recurso excessivo a contratos com duração determinada ou qualquer outra disposição parecida não serão usados com o objetivo de esquivar-se das obrigações de empregador previstas pelas leis trabalhistas e normas de segurança e saúde do trabalho e decorrente de uma relação de trabalho regular.

O GPA recomenda aos seus Fornecedores que sejam analisados seus subcontratados se estes estão em conformidade em relação aos pagamentos dos tributos, encargos e contribuições para os quais a legislação em vigor os tenha designado.

3.2.7 SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA

O Fornecedor, conforme Política de Segurança em Medicina do Trabalho do GPA, adota medidas adequadas de combate a incêndios e cuida da solidez, estabilidade e segurança dos edifícios e equipamentos, incluindo espaços residenciais, se necessário.

O Fornecedor assegura que seus funcionários e membros da direção recebam uma formação adequada nas seguintes áreas: combate a incêndios, primeiros socorros, gestão de resíduos, manipulação e eliminação de substâncias químicas e outros materiais perigosos.

O Fornecedor garante o devido cumprimento de toda a legislação vigente em matéria de segurança e saúde do trabalho, bem como estabelece processos com objetivo de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho que atendam aos princípios da política de segurança e saúde ocupacional do GPA.

O Fornecedor disponibiliza, exige e fiscaliza a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletivo (EPC), todos devidamente certificados, dentro da validade, aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e de acordo com a legislação vigente, sem ônus aos colaboradores.

O Fornecedor mantém ordens de serviços versando sobre segurança do trabalho, dando conhecimento aos seus empregados sobre as medidas que devem adotar para eliminar ou neutralizar os riscos de acidentes e doenças decorrentes do trabalho relativas às atividades exercidas.

3.2.8 POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O Fornecedor deve seguir e respeitar a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, além de garantir que seja verificado eventuais riscos e sobreposições/invasões de Terras Indígenas ou qualquer outro território de povos tradicionais na sua cadeia de abastecimento, com base nas Bases normativas da exigência de consentimento livre, prévio e informado (*FPIC: Free, prior and informed consent*).

3.3 MEIO AMBIENTE

O Fornecedor compromete-se a cumprir toda a legislação ambiental aplicável e colocar em ação, por meio de técnicas disponíveis e decorrentes de boas práticas do setor, procedimentos específicos e necessários para identificar, prevenir, evitar e/ou reduzir os

impactos negativos de sua atividade no meio ambiente e para contribuir com o combate às mudanças climáticas, considerando os critérios abaixo:

- Água: O uso da água deve ser otimizado ao máximo e toda a água utilizada durante os processos de produção deve ser tratada de acordo com a legislação ambiental local antes de ser descartada, assim como mapeamento de ações para redução do risco hídrico em seu processo produtivo.
- Resíduos: Todo resíduo, sobretudo os perigosos, deve ser administrado de maneira responsável (identificação, estocagem, eliminação e tratamento) e em conformidade com a legislação aplicável de resíduos sólidos, assim como deve ser observada a ordem de prioridade conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- Prevenção da poluição: O Fornecedor deve cuidar para que qualquer substância e/ou processo de produção, apresentando um risco para o meio ambiente, seja devidamente identificado e mitigado. E, quando produto, etiquetado e estocado a fim de impedir quaisquer riscos de contaminação.
- Matérias-primas: Qualquer recurso natural deve ser administrado da maneira mais eficaz possível, em especial os não renováveis. O Fornecedor deve comprometer-se a não usar matérias-primas de origem animal ou vegetal protegidas ou provenientes de fontes ilícitas. O GPA tem como compromisso o combate ao desmatamento e a conversão de vegetação nativa e a proteção à biodiversidade.
- Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): as operações do Fornecedor devem ser otimizadas e aprimoradas buscando o combate as mudanças climáticas. Recomendamos que o Fornecedor tenha compromisso com a transparência das suas emissões, metas baseadas na ciência, assim como planos para evitá-las e reduzi-las, buscando também engajar sua cadeia de valor nesse propósito.

O GPA recomenda que o Fornecedor realize periodicamente uma avaliação de riscos socioambientais a fim de quantificar seus impactos positivos e/ou negativos, possibilitando a implementação de medidas de melhoria contínua e de práticas

sustentáveis em suas operações. Sempre que possível, recomenda-se também a realização de Análises de Ciclo de Vida de produtos e/ou serviços prestados.

O GPA destaca que para fornecedores de categorias específicas, como carne bovina brasileira, proteínas animais, pescados, produtos de Marcas Próprias e Exclusivas, entre outros, há políticas e procedimentos específicos, tanto para homologação como para monitoramento (para mais informações, acesse <https://www.gpabr.com/sustentabilidade/>)

Também, o GPA recomenda que seu Fornecedor utilize as obrigações legais como patamar mínimo para a implementação de práticas sustentáveis, não como limite. Visando sempre proteger o meio ambiente de maneira além do que o exigido legalmente.

3.4 PROTEÇÃO DE FLORESTAS E VEGETAÇÕES NATIVAS

O GPA tem o compromisso de combater o desmatamento e/ou conversão de florestas e vegetação nativas nas principais cadeias de fornecimento de commodities. Portanto, os Fornecedores devem monitorar sua produção e/ou abastecimento para garantir que não estejam vinculados a desmatamento e/ou conversão de florestas e vegetação nativa.

Para saber mais sobre os compromissos do GPA, consulte as políticas e compromissos: <https://www.gpabr.com/politicas-do-grupo-pao-de-acucar/>

3.5 BEM-ESTAR ANIMAL

O Fornecedor compromete-se – caso os produtos ou matérias-primas sejam provenientes da criação de animais – que o bem-estar dos animais em questão seja preservado durante toda a cadeia de abastecimento (criação, todas as etapas de transporte, abate etc.). Para definir o bem-estar animal, o GPA utiliza-se do conceito amplo da Saúde Única (*One Health*), desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de forma a garantir em toda nossa estrutura organizacional ações focadas na saúde das pessoas, saúde do ambiente e saúde dos animais.

Os nossos compromissos estão orientados pelas normas e legislações vigentes, bem como pelas cinco liberdades dos animais definidas pela *Farm Animal Welfare Committee* (FAWC) e nos domínios que envolvem o bem-estar dos animais (Mellor, et al,2020).

Essas liberdades definem estados ideais em vez de padrões para um bem-estar aceitável, estabelecidos como:

- Ser livre de fome e sede,
- Ser livre de desconforto,
- Ser livre da dor, lesões e doenças,
- Ter liberdade para expressar seu comportamento natural,
- Ser livre de medo e estresse.

O detalhamento dos compromissos e diretrizes com relação ao bem-estar animal devem ser consultados na Política de Bem-estar Animal do GPA.

4. VERIFICAÇÃO

4.1 Visando garantir a estrita adesão de seus Fornecedores aos princípios e normas de exigência deste documento, o GPA poderá solicitar aos escritórios independentes especializados para que realizem auditorias de controle de cumprimento das normas, seguindo as condições que serão estabelecidas, definidas e informadas ao Fornecedor pelo GPA.

4.2 Para esse fim, o Fornecedor compromete-se a cooperar e facilitar as operações de auditoria, garantir o acesso aos locais de produção, documentos, registros e à equipe de empregados, assim como os subcontratados e fornecedores envolvidos na produção dos produtos vendidos ou nos serviços prestados em todas as unidades do GPA.

4.3 Se necessário, o Fornecedor compromete-se a usar medidas de correção dentro de um prazo determinado com cada uma das partes envolvidas.

4.4 O GPA pode encerrar uma relação comercial ou um contrato quando o Fornecedor violar os princípios estabelecidos na Carta ou quando o Fornecedor se recusar a tomar as medidas necessárias para resolver as não-conformidades que lhes forem comunicadas.

5. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIA

O GPA disponibiliza aos seus empregados, fornecedores, prestadores de serviços, clientes, instituições sociais, parceiros e defensores do meio ambiente e dos direitos humanos o Canal da Ouvidoria.

Infrações a qualquer Política do GPA, ao Código de Ética da Companhia ou a qualquer item da Carta de Ética para Fornecedores podem ser denunciadas por meio do canal: ouvidoria@gpabr.com. As denúncias serão apuradas de maneira sigilosa possibilitando, inclusive, o anonimato.

Ouvidoria (de segunda-feira a sábado, das 8h às 20h)

GPA 0800 055 57 11 ouvidoria@gpabr.com

6. REFERÊNCIAS

Localmente, apenas as normas jurídicas em conformidade com os princípios gerais de convenções internacionais citadas nesse documento são aceitáveis. Esta Carta não pode, em hipótese alguma, ser usada para impedir a implementação de condições mais favoráveis que as previstas pelas normas internacionais e/ou as legislações nacionais e/ou locais e suas atualizações.

6.1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos

6.2 As convenções internacionais relativas aos direitos humanos fundamentais:

- O pacto internacional relativo aos direitos civis e políticos de 1966
- O pacto internacional relativo aos direitos econômicos, sociais e culturais de 1966
- A convenção sobre a eliminação de quaisquer formas de discriminação das mulheres de 1980
- A convenção internacional dos direitos da criança de 1989
- A convenção relativa aos direitos das pessoas com deficiência de 2007
- A convenção dos refugiados de 1951 e seu protocolo de 1967
- Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU;
- A Declaração das Nações Unidas de 2007 sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP).

6.3. As normas internacionais fundamentais do trabalho, como as definidas pela Declaração da OIT em junho de 1998, relativas aos princípios e direitos fundamentais do trabalho, a saber:

- Convenção nº 29 sobre o trabalho forçado de 1930
- Convenção nº 87 sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical de 1948
- Convenção nº 98 sobre o direito de organização e a negociação coletiva de 1949
- Convenção nº 100 sobre a igualdade de remuneração de 1951
- Convenção nº 105 sobre a abolição do trabalho forçado de 1957
- Protocolo à Convenção sobre o Trabalho Forçado de 2014
- Convenção nº 111 sobre a discriminação (emprego e profissão) de 1958
- Convenção nº 138 sobre a idade mínima de 1973
- Convenção nº 182 sobre as piores formas de trabalho infantil de 1999

6.4. As outras normas internacionais do trabalho aplicáveis, por exemplo:

- A convocação da OIT em favor do trabalho digno
- Convenção nº 1 sobre a duração da jornada de trabalho (indústria) de 1919
- Convenção nº 14 sobre o repouso semanal (indústria) de 1921
- Convenção nº 95 sobre a proteção salarial de 1949
- Convenção nº 97 sobre os colaboradores migrantes (revisada) de 1949
- Convenção nº 131 sobre o estabelecimento do salário mínimo de 1970
- Convenção nº 135 sobre os representantes dos colaboradores de 1971
- Convenção nº 143 sobre os colaboradores migrantes (disposições complementares) de 1975
- Convenção nº 155 sobre a segurança e a saúde dos colaboradores de 1981
- Convenção nº 161 sobre os serviços de saúde no trabalho de 1985
- Convenção nº 170 sobre os produtos químicos de 1990 - Recomendação nº 85 sobre a proteção salarial de 1949
- Recomendação nº 116 sobre a redução da jornada de trabalho de 1962
- Recomendação nº 135 sobre o estabelecimento do salário mínimo de 1970
- Recomendação nº 164 sobre a segurança e a saúde dos colaboradores de 1981
- Recomendação nº 184 sobre o trabalho a domicílio de 1996 - Recomendação nº 190 sobre as piores formas de trabalho infantil de 1999

6.5. Regulamentações referentes a Corrupção, Lavagem de dinheiro e Financiamento ao Terrorismo:

- Lei Anticorrupção nº12.846/13
- Lei Prevenção a Lavagem de Dinheiro nº6.613/98
- Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) 1997
- US Patriot Act
- United Kingdom Bribery Act 2010
- OFAC Executive Order 13224
- Lei Sapin II